



PROFHISTÓRIA NUM CONTEXTO MAIOR

*BRUNO FLÁVIO LONTRA FAGUNDES **

INTRODUÇÃO

Os primeiros resultados do PROFHISTÓRIA na forma de dissertações estão começando a aparecer. O Mestrado Profissional em Ensino de História surgiu numa dada conjuntura histórica dos cursos de História e da história da História que não se resume a ser derivada de uma discussão epistêmica. É o que aponto aqui como hipótese. É indispensável verificar fatores de contexto maior. Uma alteração de formato de curso de História não só problematiza questões ligadas à formação continuada de professores de História, mas, em linha direta, equaciona relações entre egressos de cursos de História e seus destinos profissionais que não se restringem à docência. Um dos objetivos deste texto é ensaiar uma avaliação sobre se a criação do PROFHISTÓRIA não resulta de processos que vão além da História matéria escolar. Aqui, alguns dados são inferidos, outros apurados, com o que levanto hipóteses. Vivemos um contexto em que ganha força o debate sobre a função do historiador no interior de uma discussão incipiente no país sobre História Pública, que toma como argumento um distanciamento de historiadores de outros públicos sociais que desejam história e não a encontra vinda diretamente da universidade.

HISTÓRIA E ANSEIOS PROFISSIONAIS: COLOCAÇÃO SOBRE CONTEXTO DO PROFHISTÓRIA

O sentido da proposta de mestrados profissionais na área de História deve estar articulado a anseios expressos por praticantes da área manifestados em frases como: “e agora, onde vou trabalhar?” e o que de fato cursos fazem para ajudar a viabilizar isso.

Compete-nos suprir uma gigantesca demanda reprimida por qualificação. Carecem de capacitação os jovens historiadores abertos às novas faces do mercado, nas instituições públicas e privadas ligadas à preservação da memória e patrimônio, ao lazer e tempo livre, à mídia e novas tecnologias e linguagens de comunicação e mesmo ao business. Sobretudo, precisamos qualificar os historiadores que estão lá na ponta, na sala de aula, na nobre e difícil missão de educar jovens cidadãos brasileiros. (...) O

* Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - (campus de Campo Mourão)

mestrado profissional poderá ser o caminho para o fortalecimento da área e do país.
(MALERBA, in <<http://cafehistoria.ning.com/>>. Acesso em 3 de julho 2012)

Precisam ser verificados movimentos e iniciativas que têm revisado e questionado, há pelo menos duas décadas no Brasil, o pensamento sobre cursos de História e os dilemas profissionais a que conduzem seus egressos.

Em 2010, em entrevista à Revista Mosaico, do corpo discente do *Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC)* do CPDOC/FGV, Luciano Figueiredo, historiador e então diretor da *Revista de História da Biblioteca Nacional*, fazia um balanço do sucesso da revista, relacionando-o com o que considerava o “momento atual do campo histórico”. E identificava uma mudança de “nossa cultura profissional”. Seu diagnóstico da área histórica era otimista e articulava apresentação da história com meios pouco usuais, enfatizando a convivência profissional significativa de historiadores e jornalistas na redação da *Revista de História da Biblioteca Nacional*.

(...) Se estivermos abertos para formas diferenciadas de produzir discursos, as velhas e novas mídias oferecem alternativas formidáveis. Basta acompanhar os programas de história no rádio – como vem sendo feito na UFMG – e nos programas de TV (como o “De lá para cá”, na TV Brasil) ou acompanhar alguns sites (dentre vários posso mencionar o “Café História”) e blogs (FIGUEIREDO, 2010: 98)

Para as restrições de atuação profissional que desafiam a carreira dos historiadores, hoje, sugiro que um encaminhamento poderia ser o de conceber a História como atividade de *produção científica* e de *participação sociocultural*. É importante verificar que isso já está acontecendo em muitos cursos no país, para o que critérios de avaliação de qualidade cultural devem ser criados. Alguns cursos de História brasileiros elaboram indicadores de resultados de seus projetos institucionais, fazendo avaliação regularmente, tomando a História não só como investigação científica, mas participação sociocultural da História na vida pública através de seus praticantes. “Temos a convicção de que proporcionamos uma formação com um olhar muito voltado para o plural, para a diversidade e para as diferentes possibilidades de atuação profissional”. (FAGUNDES, jan.junho 2015:176). Dizia a mim uma das coordenadoras de curso com quem falei em pesquisa realizada em 2012.²

² Esse depoimento foi recolhido no bojo de pesquisa que realizei pela Web entre os dias 20 de abril e 10 de junho de 2012. Ao todo, levantei 205 sites de cursos de História no Brasil e obtive retorno de professores/coordenadores de aproximadamente 40 instituições. Visei subsidiar comunicação no Encontro Estadual da ANPUH MG em 2012, como de fato ocorreu. Versava sobre o estado da arte de cursos de História brasileiros pelos textos de Apresentação dos cursos em instituições de ensino superior do Brasil fixados em sites e sobre informações dos cursos dadas a mim por consulta a coordenadores via *mailing*. De minha pesquisa, resultou texto publicado em *Revista Saeculum*. Ver FAGUNDES, 2015.

ITENS DO CONTEXTO GERAL

É importante frisar, de saída, um condicionamento geral: um contexto de licenciaturas em crise, com não poucas reivindicações por mudanças no caráter da formação profissional de cursos de licenciaturas, emuladas por angústias profissionais derivadas de ter de lidar com uma outra escola por outros meios, mas também pelo fator “empregabilidade” na área. Muitos egressos do cursos de História encontram situações bem escassas, quando não bem pouco estimulantes de emprego. Quando chamado a opinar o que achava da regulamentação da profissão de “historiador”, Bruno Leal advertia:

(...) Vi muitas reportagens que entrevistavam grandes nomes da historiografia que eram contra a regulamentação (ou o projeto, especificamente). Ótimo. Acho justíssimo. E muitas dessas opiniões eram muito boas. Colocaram-me em dúvida em alguns momentos. Mas esses profissionais já estão muito bem inseridos no mercado de trabalho. Não vi quase nenhuma matéria em que se entrevistasse, por exemplo, um recém-formado em História, ou, ainda, um jovem historiador desempregado. (LEAL *apud* HAHN; FAGUNDES, jan.jun 2014: 22)

A pesquisadora Marina Amorim analisou os egressos da turma 1998-2001 do Curso de História da UFMG, em que trabalham, se trabalham com História, advertindo que a realidade do curso não constitui caso isolado na UFMG. Destaca a autora “a queda brusca da procura por todos os cursos de licenciatura da UFMG no vestibular, um grande sinal do pouco interesse pela profissão docente” (Amorim, 2014: 54/55 *apud* Souza, 2011).

Outro item de contexto da criação do PROFHISTÓRIA não pode ser jamais esquecido: o projeto de lei de criação da profissão historiador.

O processo da profissão também endossa o anseio daqueles que pensam nas lacunas de sua formação para um mercado de trabalho presumidamente aquecido com oportunidades novas, para as quais os cursos de História não formam. Tendo em vista a institucionalização da figura do historiador, ela poderia criar alternativas à atuação docente, embora estas oportunidades estejam sendo conquistadas por outros profissionais que falam o passado.

Em 2009 era apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 368 do Senado Federal pela criação da profissão. A justificativa do projeto firmava um historiador reconfigurado de perfil e de habilidades que não se encaixavam em certa representação erudita de historiadores e de seu fazer e ofício representada na academia histórica. A justificativa do projeto previa um historiador cuja atividade não se restringia mais ao exercício do magistério – básico ou superior.

O campo de atuação do historiador não tem se restringido mais à sala de aula, tradicional reduto desse profissional. Sua presença é cada vez mais requisitada não só por entidades de apoio à cultura, para desenvolver atividades e cooperar, juntamente com profissionais de outras áreas, no resgate e na preservação do nosso patrimônio histórico, mas também por estabelecimentos industriais, comerciais, de serviço e de produção artística (...). No âmbito industrial, o historiador vem trabalhando na área de consultoria sobre produtos que foram lançados no passado, para análise de sua trajetória e avaliação sobre a viabilidade de seu relançamento no mercado consumidor, ou ainda, para o estudo das causas de seu sucesso ou fracasso (...). Pelas suas qualificações, o historiador é imprescindível para os estabelecimentos do setor de turismo, que contratam seus serviços para desenvolver roteiros turísticos para visitação de locais com apelo histórico e cultural (...). Entidades públicas e privadas recorrem ao historiador para recolherem e organizarem informações para publicação, produção de vídeo e de CD-ROM, programas em emissoras de televisão, exposições, eventos sobre temas de história ... Não menos valiosa é a sua colaboração nas artes, onde o historiador faz pesquisa de época para os produtores de teatro, cinema e televisão, quer auxiliando na elaboração de roteiros, quer dando consultoria sobre os cenários e outros elementos da produção artística. (In: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/matepdf/64881.pdf>. Acesso em maio de 2011).

Se o contexto geral contém itens que influíram provavelmente na iniciativa da criação do PROFHISTÓRIA, necessário é, ainda, verificar o contexto particular de discussões e iniciativas que há alguns anos marca o debate entre historiadores na área sobre seus cursos e sobre o futuro da profissão. Depois, verificar muita práticas adotadas dentro dos cursos que pouco são salientadas, embora já sejam usuais.

HISTORIADORES: O QUE JÁ DISCUTEM EM SEUS ENCONTROS E JÁ FAZEM EM SEUS CURSOS HÁ ALGUNS ANOS

Se retomarmos o tema de congressos estaduais de História, desde pelo menos 2010, encontraremos alguns com o teor de discussão sobre o próprio campo de saber e suas conexões conceituais e sociais. Os textos utilizados nesta seção foram extraídos dos websites oficiais dos eventos a que se faz referência.

Em 2010, a ANPUH Pernambuco convocava para o tema “o ofício do historiador e os *novos* territórios da História” (grifo nosso), enquanto em Santa Catarina, a seção estadual discutia tema coagente, sobre a própria História em “História: desafios para o tempo presente”. Em 2012, no Ceará, historiadores abriam-se para discutir para que serve a história, e para quem ela deveria se dirigir, em “Comunidades e identidades: História (s) para que (m)?” Ainda em 2012, enquanto a seção paraibana debatia “saberes em diálogo”, a seção pernambucana assumia discutir “História e Diversidade: Novas Narrativas, Sujeitos e Espaços”. Coube mesmo a ANPUH do Rio Grande do Norte naquele mesmo ano dizer que não há conhecimento histórico sem diálogo social em “Conhecimento Histórico e Diálogos Sociais”. Temas que contraditam

o conceito de historiadores como distantes da sociedade como um todo. Ou que apontam para uma nova postura.

Em 2014, foi das seções da ANPUH Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Bahia o protagonismo de discussões referentes ao pensamento dos praticantes de História sobre ela mesma. A Bahia tratou de “Diálogos da História”, a seção ANPUH – RN ousou debater o tema dos “lugares dos historiadores: velhos e novos desafios”, e a ANPUH-MG destacou “Profissão historiador: formação e mercado de trabalho”, tocando num dos nós górdios que carece ser desatado: o da formação dentro dos cursos! A seção MG da ANPUH fazia texto de apresentação contundente.

O evento pretende discutir o processo de formação dos profissionais que atuam no campo da História, bem como os desafios do mercado de trabalho desses profissionais para os próximos anos (...) Destaca-se a discussão sobre a importância do processo de profissionalização em curso (...) No que diz respeito à formação, serão objetos de discussão as diferentes alternativas curriculares, as pós-graduações, os novos métodos de ensino da História e as suas relações com áreas correlatas. .. No que tange ao mercado de trabalho, serão discutidas as diversas possibilidades de atuação do historiador para além da sala de aula, como sua inserção em instituições arquivísticas e de pesquisa, nos variados equipamentos culturais, nas ações referentes à preservação do patrimônio histórico, carreiras de Estado, dentre outras ... Os desafios existentes entre o processo de formação e a inserção do historiador no mercado de trabalho estarão no centro das discussões.

Novamente, atenção: o projeto de regulamentação da profissão historiador.

Mas não eram só os eventos regionais da ANPUH, os eventos nacionais também não esconderam o debate de dilemas e desafios.

Em 2013, reunida em Natal (RN), a entidade debatia “Conhecimento Histórico e Diálogo Social”, favorecendo “reflexões, propostas e tomadas de decisões que evidenciem ações na formação dos profissionais de História para suas atuações nos vários espaços do meio da pesquisa e do ensino ...”. Enquanto, em 2013 ainda, Florianópolis sediava o XXVIII Encontro Nacional com o tema “lugares dos historiadores: velhos e novos desafios”: “(...) é fundamental estimularmos o debate sobre os lugares de atuação dos historiadores”

Dentro de seus cursos, profissionais de História já se movimentam há alguns anos.

Por ocasião do XXII Simpósio Nacional de História, em 2003, em João Pessoa, a professora do curso de História da PUC-Minas Gerais, Carla Ferreti Santiago, se pronunciava sobre iniciativa de convênio entre o curso de História e a tevê universitária.³ “A nossa experiência é resultado da parceria do departamento de história da PUC-MG com a TV PUC, e tem o objetivo da produção de documentários de temas históricos para a televisão” (FERRETI,

³ Os depoimentos e extratos de textos expostos a seguir foram extraídos de FAGUNDES, jan.junho 2015.

2003, Disponível em <http://novo.revistatemalivre.com/anpuh06-html>. Acesso em maio 2017)

Em cenários como estes, historiadores têm procurado encaminhar algumas providências dentro de seus próprios cursos, mesmo que não saibam quais consequências possam trazer uma guinada de perspectiva na área com relação à representação de historiadores como eruditos intelectuais. Quando da realização de pesquisa que fiz em 2012, a qual já me referi, alguns coordenadores solícitos indicavam uma percepção da necessidade de serem os cursos de História observados. (FAGUNDES, jan.junho 2015, p.166/167).⁴

Há dados verificáveis de que em cidades de pequeno e médio portes do país há anseios – e rubricas orçamentárias – com relação a serviços de natureza vária em que o formado em História poderia atuar, cidades em que muitas vezes rubricas orçamentárias para patrimônio são devolvidas por não serem usadas na falta de profissionais para fazer projetos, gerir e executar. O anseio e os movimentos de profissionais historiadores por práticas profissionais e atuação social – rádio, museus, centros de memória, ONGs, publicações comerciais, ação educativa não-formal, etc. – não se limitam às atividades de pesquisa e pensamento visando produção acadêmica (FAGUNDES, jan.junho 2015: 167).

Considerações sobre a variedade de demandas sociais feitas aos cursos puderam ser constatadas. “Demandas sociais” por História são bastante mencionadas nas apresentações dos cursos e na fala de professores.

(...) demandas (...) ontem mesmo fomos procurados pela União Operária. Eles querem nos mostrar as atas, as fotos e vários membros querem contar sua história... temos que dar um retorno para eles. O Morro do [...] quer guardar a memória de seus antigos moradores... temos que estar lá!!! A prefeitura local, em função de alguns trabalhos da [universidade] inseriu em sua matriz curricular uma disciplina sobre História Local. Temos que atender professores desesperados que, sem formação na área, não sabem onde encontrar essa história local... vamos propor um projeto de docência em conjunto com a Pedagogia... nunca nos trancamos na academia... estamos sempre voltados para a comunidade. Existimos em função dela e deixamos o academicismo só para os artigos. (e- mail, MG. FAGUNDES, jan.junho, 2015: 169, grifo meu).

Em forma de grupo de disciplinas que oferece ao final certificação de “competência” para atuação na área, ou ensaiando uma habilitação em forma de Bacharelado, há cursos que estão procurando estar atentos – inserindo disciplinas nas grades curriculares – ao Patrimônio e aos Bens Culturais, agregando o setor de Memória/Patrimônio ao setor de pesquisa *stricto*

⁴ Não vou fazer menção ao nome do coordenador nem da faculdade e universidade a que pertenciam então por razões de evitar que sejam reconhecidos e seus cursos revelados, uma vez que estas atividades não são comumente reconhecidas como atividades “do curso”, mas “do professor”. Vou colocar apenas a menção do estado em que está localizado o autor do pronunciamento, e “email”, se for correspondência eletrônica, e “A” quando forem dados das apresentações dos cursos. Todos os extratos foram retirados de FAGUNDES, jan.junho 2015.

sensu, fatos que justificam a criação de mestrados profissionais relacionados ao campo. Professores diziam que esperavam com isso que “as instituições da área de M & P conheçam a formação que oferecemos aos nossos alunos” (E-mail, SP, FAGUNDES, jan.junho 2015: 163). A fala do coordenador aponta a realidade consolidada sobre a formação de historiadores, mas para combinar o foco da pesquisa acadêmica com outros focos de formação.

Outras iniciativas partem do impulso de professores e alunos recuperarem acervos, disponibilizando-os para pesquisadores ou amadores. Há iniciativas que tomam o patrimônio e a memória como campo para formulação de pautas identitárias locais e/ou regionais, muitas vezes agregando membros da comunidade em que estão os cursos. Há, no discurso, certa consciência de que atividades voltadas para o patrimônio são legitimadoras dos cursos junto a comunidades onde convivem. “Hoje temos muitos alunos em estágio não obrigatório em bibliotecas, museus e prefeitura, além de projetos de assessoria na organização documental e preservação de fontes (...)” (E-mail, PR, FAGUNDES, jan.junho 2015:174).”Os arquivos privados estão em expansão no Brasil, como você deve saber. Atualmente temos uma aluna engenheira (!) que trabalha organizando o arquivo do CREA... Além de organizar o arquivo, fará um livro com imagens (...)” (E-mail, GO, FAGUNDES, jan.junho 2015: 174, grifo meu)

Havia depoimentos sobre atividades mais propriamente da área do ensino.

Nela, articuladas ou não com a instituição escolar, destacam-se iniciativas que se conectam com demandas educativas nem sempre concebidas dentro da escola, embora articuladas à memória/patrimônio e à difusão de conhecimento histórico. “(...) O Projeto ... foi concebido como um projeto de extensão. Seu maior objetivo é aproximar a universidade das escolas de ensino médio. (...)”. (E-mail, GO, FAGUNDES, jan.junho 2015: 176, grifo meu)

Acontecia também a aproximação da História com a área de Comunicação, com profissionais que trabalham em parceria. Atividades educativas, de extensão e de pesquisa se articulam à difusão do conhecimento histórico, mobilizando públicos e equipamentos. Cursos fazem difusão da História por meios de comunicação da universidade - as rádios e tevês educativas, onde normalmente há possibilidade de se fazer produções menos “vendidas” ao mercado. “Temos a intenção, mas nem sempre conseguimos. Já tentamos manter uma coluna em jornal diário, por exemplo, mas não foi adiante” (E-mail, GO), confessa o professor.

É frequente o discurso sobre a participação possível de historiadores em projetos de turismo, em produtos da indústria cultural, o que é “uma possibilidade ainda muito nova de trabalho que se abre hoje aos historiadores, dada a crescente demanda social pela História” (E-mail, RS, FAGUNDES, jan.junho 2015: 177). Projetos com historiadores em assessoria/consultoria os integram a sociedade, especialmente na área de Memória e

Patrimônio. “Outra parceria fundamental é a do Museu da Cidade, dirigido por outro egresso do curso. As exposições feitas com a parceria do curso aumentaram significativamente o número de visitantes no Museu (...)” (E-mail, MG), como depõe a colega.

E O PROFHISTÓRIA, ENTÃO? O QUE TÊM FEITO OS NOVOS MESTRES E EM QUE DIREÇÃO APONTAM

É de se notar que os novos mestres em Ensino de História dos PROFHISTÓRIAS têm inserções em esferas do mercado de trabalho que não se esgotam na escola. São profissionais que, em boa parte, ligam-se a áreas do patrimônio, do audiovisual e do universo digital – que não foram aprendidas em sua formação inicial em cursos de História. Por hipótese, se o PROFHISTÓRIA une escola e universidade, promove ainda o trânsito nele de profissionais que já foram, ou estão indo, ao mercado mais amplo de atuação do historiador tomado como *locus* de novas experiências que não têm a escola no centro exclusivo de suas ambições e pontos de chegada. O PROFHISTÓRIA parece estar sendo um condensador, ambiente formativo e universo conceitual atravessado por anseios profissionais por mudanças menos aparentes.

Tomei uma amostra das 24 primeiras dissertações dos PROFHISTÓRIAS postadas no site do PROFHISTÓRIA nacional.⁵ (<https://profhistoria.ufrj.br/>)

Num circuito de trocas e expectativas expressas em fatores envolvidos por itens de um contexto de expectativas de mudanças e revisão conceitual da identidade da História, onde História é forçada a dialogar com uma cultura histórica que não dispõe de um paradigma totalizante (SARLO, 2007) e encontra conforto nas memórias que lhe são vendidas num mercado simbólico, a criação do PROFHISTÓRIA provavelmente emanou de fatores de cuja consciência seus elaboradores não a havia percebida como “consciência filha de um tempo”.

As dissertações dos primeiros mestres em Ensino de História formados nos núcleos do PROFHISTÓRIA revelam um arco de maior amplitude de formação e atuação, com a constatação de que seus praticantes são professores sim, mas professores, também, com outro perfil e com uma extensão inequívoca a universos de inserção que não se limitam a escola formal, e com habilidades diversas das habilidades expositivistas que, em longa tradição, identificam conhecimento e ensino segundo práticas universais consagradas e cristalizadas - únicas capazes de qualificar alguém como “professor”.

⁵ Em 10 de junho de 2017, estavam postadas 47 dissertações. Foram analisadas as 24 primeiras dissertações, com consulta ao resumo do trabalho e currículo Lattes do discente que se tornou mestre, e também do (a) docente que o orientou. A intenção principal era verificar não só a natureza da dissertação, mas se discente e docente possuíam inserções em trabalhos de História em lugares de memória que não são a escola.

O PROFHISTÓRIA parece supor um profissional professor sensível, ao mesmo tempo que habilidoso para tarefas e atividades de outra escola a ser igualmente transformada. Mercado tomado como universo de experimentos e escola tomada como universo em que se adotam práticas extraescolares nas quais se aprende pela mão de mestres em Ensino Profissional de História, a escola que supõem é muito mais permeável a um rol de influências públicas diversificado. Resultam muitas daquelas dissertações de novas inserções profissionais e itinerários de formação não-convencionais.

Importante que não só os discentes, mas os docentes também. Tem sido comum professores que transitam em áreas – e não só transitam: mas que têm ou um dia tiveram – vínculos formais com áreas públicas ou privadas que envolvem patrimônio, produção de documentários e filmes, produtos do universo digital. Metodologicamente, boa parte das dissertações desenvolvem sites, blogs, documentários digitais, muitas vezes dispostos a entregar prontos aos colegas, mas muitos feitos para serem confeccionados e/ou trabalhados pelos alunos, a fim de fazê-los participarem da “construção da história”. São jogos físicos, mas também jogos mediados pelo digital, com construção de blogs de interação, uso de whatsapp como plataforma de aprendizagem, agregando e facilitando um trabalho coletivo mediado pela tecnologia.

É visível a índole com relação à aprendizagem que significa fazer os colegas sentirem na história uma *dimensão prática*, em que a teoria vai oculta, sem embaraçar ou inflar o conhecimento histórico como conhecimento que enfade, só critique ou só conteste, e que, pelo contrário, ao fazer, também divirta, entretenha ou dê prazer.

É preciso discutir com seriedade o que Albuquerque Júnior (2012) propõe ao afirmar que a História não é para desalienar, ou Marc Bloch, quando postula que ela mesma pode e deve divertir, falando não só a doutos, mas também a escolares. A adesão a um princípio glorioso e auto-edificante de história como cultivo e colheita de consciências justas e críticas parece dar lugar a um princípio mais comum, ajustado a uma noção de consciências críticas forjadas na criatividade - como parece estar no pensamento de muitos mestres que defenderam suas dissertações no PROFHISTÓRIA, fazendo jogos, documentários, games, guias, mapas, dossiês fotográficos.

Patrimônio, educação patrimonial ou patrimônio histórico-cultural têm tido muita entrada nas dissertações, muitas vezes para inventariar saberes de culturas locais, próximas das comunidades tocadas pelas escolas. Docentes orientadores envolvidos em grupos de pesquisa na universidade que desenvolvem material instrucional para o trabalho com o patrimônio, e discentes que têm, ou já tiveram, vínculos com órgãos municipais ou estaduais de patrimônio,

ou que estão, ou um dia estiveram, em projetos desta natureza. Por trás da preocupação com a identificação afetiva e sentimental com o que é próprio, patrimônio do colegial, há a oferta de um espaço criativo para o colegial fazer seus juízos, inscrever suas ambições e percepções, que, na área do patrimônio, muitas vezes não é o patrimônio oficializado.

Ressalta-se ainda sensibilidade dos mestres quanto ao saber histórico prévio do estudante da escola, saber aprendido em outros meios, espaços de memória que os mestres do PROFHISTÓRIA não desdenham, mas aproveitam como material indispensável de aulas e atividades. São filmes de animação, museus, cinema, literatura, internet.

Da parte dos (as) professores (as) orientadores (as), verifica-se que se fazem já identificados com práticas de historiadores que não se restringem à escola, mas com práticas de outros lugares que podem se combinar com as da escola, pela via, talvez, da difusão - onde se destaca a web como plataforma de atuação, mas não só. Em sua grande maioria professores estão participando, sem constrangimento, de rádio e de televisão – programas de entrevistas, mesas-redondas, textos de informação histórica e popularização de ciência, sem caírem na dúvida existencial se estão piorando a História fazendo assim.

Docentes prestam consultorias e assessorias, mesmo para memórias empresariais. Mesmo se se julgar que haja nisso um componente lucrativo condenável, antes disso seria importante se julgar de um componente provável de mudança de identidade profissional, diversificando campos de atuação, métodos de ação práticas de intervenção social e de reconhecimento de que esses são modos de legitimação social que não podem ser desprezados. O historiador que se abstém, ou se isenta de participar desses “outros espaços de atuação”, não tem sido o usual entre docentes do PROFHISTÓRIA e entre seus (suas) orientandos (as). Muitos docentes do programa provavelmente já estiveram em iniciativas e realizações da natureza similar as que aparecem nas dissertações de seus orientandos.

Conferindo alguma pertinência com que levanto como hipótese aqui – a de que o PROFHISTÓRIA refere-se a realidade já existente antes – é relevante que muito material que está sendo produzido por professores mestres com suas dissertações defendidas estejam caminhando no mesmo sentido do que cursos já faziam e mesmo com relação a que documentos públicos referem-se como práticas atuais de historiadores que, segundo a justificativa do PL da regulamentação, “hoje já não se limitam a docência”. Ao ser criado, o PROFHISTÓRIA confere certo verniz de institucionalidade ao que cursos de História já faziam e de anseios manifestos de pretendentes a áreas de História que não pretendem a docência como destino profissional.

PALAVRAS FINAIS – UMA ATITUDE NOVA E OS ANSEIOS POR MUDANÇAS

Estou querendo argumentar que o PROFHISTÓRIA, criado em 2012, resulta de um movimento intenso por dentro da seara historiadora, adotando o procedimento de levantar hipóteses para um processo em que, muitas vezes, o sujeito não tem plena consciência do para que está fazendo. É assim que me parece todo esse conjunto de fatos e fatores, vistos como condicionantes e influentes da criação do programa. Não saber dizer por que condicionam e influem não significa que não influem e condicionam.

Parece-me razoável aceitar que o PROFHISTÓRIA tem precedentes enraizados na escola e em cursos de História antes dele, e que provém do mesmo fundo comum de insegurança e ansiedade quanto a questões não só paradigmáticas e epistemológicas, mas questões bastante pragmáticas ligadas ao destino da profissão expressa pela baixa procura de seus cursos e questões de empregabilidade na área. De algum modo, o PROFHISTÓRIA acolhe paradigmas novos, supõe funções da História flexibilizadas, distantes do emblema oitocentista de “formar cidadãos críticos e participativos”, normalmente associada a práticas didáticas de atuação profissional prescritas com um fundamento moral irremediável.

Iniciativas como os mestrados profissionais, projetos como o da criação do profissional historiador, o Programa de Iniciação à Docência (PIBID), são ações em cursos de História, ainda que com alguma dose de aleatoriedade e experimentação, que tentam equacionar dilemas derivados de realidades novas, induzindo outra relação da universidade histórica com a escola revista e rediscutida, tomada como lócus de um público gigante de 50 milhões de pessoas.

Boa parte dos historiadores lançam sinais de que já percebem que precisam se atualizar quanto à sua participação social e política, abrirem-se ao diálogo e a interação extra-acadêmica, e já o fazem sem prever quais as utilidades de suas práticas reformadas. Numa época em que a história e a memória nunca estiveram tão em voga, a realidade anda a exigir crítica e verificações. O historiador reitera o princípio que fundou sua formação, mas não sabe exatamente como fazer para atualizá-la aos tempos de hoje. Como lidar com essa mutação do estatuto de valor do passado e como lidar com os próprios cursos de História, e certa auto-representação gloriosa do historiador e de seu papel na sociedade.

Ao mesmo tempo em que conscientes de seu papel de vigilantes da interpretação do passado a partir de um conhecimento consolidado, historiadores patinam na hora de saber como se ajustar a realidades em que se veem vencidos pelo desinteresse de sua produção em meio ao interesse do público mais cativo de escolares por História em outros meios e suportes. Beatriz Sarlo analisa a concorrência entre produtos acadêmicos e não-acadêmicos de História.

Nessa concorrência, a história acadêmica perde por motivos de método, mas também por suas próprias restrições formais e institucionais, que a tornam mais preocupada com regras internas do que com a busca de legitimações externas que, se são alcançadas por um historiador acadêmico, podem até originar a desconfiança de seus pares. As histórias de grande circulação, em contrapartida, reconhecem na repercussão pública de mercado sua legitimidade. (SARLO, 2007: 14-15)

É importante ver que historiadores têm percebido que influenciar a sociedade, falar a ela, é mais do que necessário. A questão envolve reencontrar um lastro de legitimidade que recupere a autoridade científica de dizer a história em disputa com a autoridade que agentes em outros meios e suportes têm conseguido,

O PROFHISTÓRIA parece reação a uma conjuntura crítica desfavorável para a área de História – no que diz respeito a sua legitimidade pública assim como a desempregabilidade na área. Seus resultados futuros e possíveis conquistas podem equacionar anseios por mudanças mais amplas na área do que aquelas explicitadas por ocasião de sua criação conectadas a uma redefinição do que é, para que serve e quem é o historiador na sociedade. Questões epistêmicas influídas não por um raciocínio em si do conhecimento histórico, pelo contrário, um conhecimento que se deve transformar na esteira das transformações e mudanças sociais e culturais mais ampla a cujo conteúdo nem sempre os historiadores firmados numa longa tradição conseguem acessar.

O PROFHISTÓRIA talvez pretenda muito menos do que pretendi hipoteticamente cogitar aqui. No entanto, fatos de um contexto maior que o abraçam permitem pensar no programa como algo que extrapola o diagnóstico da relação escola-universidade e extravasa para o diagnóstico da relação da História com outros públicos sociais e suas legitimações extra-departamentais. Pelo sim, pelo não, é tempo de experimentar, como professores já têm feito dentro de seus cursos. O PROFHISTÓRIA é uma aposta, um experimento de diagnóstico mais bem formado, mas de prognóstico indefinido, haja vista o futuro da profissão e mesmo dos cursos de História, uma vez que dependem de muitos mais fatores para além dele mesmo. No mínimo podemos cogitar de que ele nos dá a sensação de que algo está sendo feito *na e pela* área ante uma situação crítica, propondo novidade. Isso não deixa de ser um alento, um fôlego novo para se enfrentar os desafios mais angustiantes que atingem de cheio a identidade e mesmo nossa sobrevivência profissional.

REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos na memória: para que servem o ensino e a escrita da História? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida *et al* (Orgs.). **Qual o valor da História hoje?** RJ: FGV Edit. 2012

2. AMORIM, Marina. Histórias de jovens profissionais da História: trajetórias de egressos do curso de História da FAFICH/UFMG (1998/01). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.30, n.04, p.37-59, outubro-dezembro 2014.
3. FAGUNDES, Bruno Flávio L; HAHN, Fábio A. História e realidades *on line*: colocações sobre produção, difusão e ensino – BRUNO LEAL. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v.6, n.10, jan.jun.2014. p.11-25.
4. FAGUNDES, Bruno F L. Entre tradição, inovação e renovação: sobre cursos de História brasileiros. **Revista Saeculum**, Revista de História, João Pessoa, n.32, p.159-181, jan.junho 2015.
5. FERRETI, Carla. XXII Simpósio Nacional de História. **Revista Tema Livre**. 2003, edição 6. Disponível em <http://novo.revistatemalivre.com/anpuh06-html>.
6. FIGUEIREDO, Luciano. **Entrevista de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo**. Revista Mosaico, v.2, n.30, 2010. Disponível em [file:///C:/Users/Bruno/Downloads/64380-135939-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Bruno/Downloads/64380-135939-1-PB%20(1).pdf). Acesso em maio de 2011.
7. MALERBA, Jurandir. “Ser historiador no Brasil no século XXI”. Café História, blog temático, 2012. Disponível em: <http://cafehistoria.ning.com/>.
8. _____. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, vol. 37, n.74, pp. 135-154, 2017.
9. SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da Memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte, MG, São Paulo: Ed. Da UFMG, Cia das Letras, 2007.
10. SOUZA, João Valdir Alves de Souza. Quem ainda quer ser professor? In: **Boletim UFMG**, n.1755, ano 38, 31.10.2011. Disponível em <https://www.ufmg.br/boletim/bol1755/2.shtml>. Acesso em maio 2017.